



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO

PROJETO DE LEI Nº DE 2020.

(Do Sr. Eduardo Bolsonaro)

Altera a redação das Leis nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições e nº 4737 de 15 de Julho de 1965, que institui o Código Eleitoral. .

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação nos seguintes termos:

Art. 59-B O Tribunal Superior Eleitoral somente poderá iniciar a totalização dos votos e divulgação de resultados dos pleitos eleitorais quando houver o envio de todos os Boletins de Urnas, de todas as seções eleitorais das Unidades da Federação.

§ Único – O disposto neste artigo não se aplica nas seções eleitorais em que não for usado o sistema eletrônico de votação e totalização de votos, ressalvado o disposto no Artigo 82 desta Lei.

Art. 82 - Nas Seções Eleitorais em que não for usado o sistema eletrônico de votação e totalização de votos, serão aplicadas as regras definidas nos arts. 83 a 89 desta Lei e as pertinentes da Lei 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a votação por meio postal, a votação através da Internet e a votação por meio digital.

Art. 2º A Lei nº 4737 de 15 de Julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação nos seguintes termos:

Art. 82. O sufrágio é universal e direto; o voto, obrigatório e secreto.

§ Único – A votação e totalização dos votos serão feitas por sistema eletrônico, salvo o previsto no Artigo 82 da Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Desde 2000, o processo de votação em todo o Brasil ocorre por meio de urnas eletrônicas. Esse mecanismo de votação aumentou fortemente a velocidade da apuração, diminuiu drasticamente o número de votos inválidos, dentre outros efeitos. No entanto, não faltam questionamentos que levantam dúvidas sobre a lisura dos resultados oficiais. O caso mais emblemático ficou por conta da apuração dos votos na eleição de 2014 entre Aécio Neves e Dilma Rousseff. O Brasil é um país com dimensões continentais. Por essa razão, o país possui, ao todo, quatro fusos horários. As urnas no Acre, por exemplo, são fechadas duas horas depois da contagem de votos já ter sido iniciada nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste.

É inegável que os avanços tecnológicos permitiram a modernização de todo o processo eleitoral, mas mecanismos de segurança contra as fraudes eletrônicas ainda não foram equacionadas de maneira satisfatória e iniciar o processo de totalização de votos e divulgação dos resultados no mesmo horário em todo território nacional seria uma forma de evitar possíveis fraudes no processo eleitoral e dar mais segurança ao eleitor, posto que é muito relevante a confiabilidade do sistema eleitoral do que sua velocidade na apuração. Desde a contagem do primeiro voto, tem que estar presente a possibilidade dos eleitores em acompanhá-los e não como temos nos dias atuais em que se inicia a transparência da divulgação dos resultados com um percentual dos votos contados as escuras. O processo eleitoral tem que ser claro e confiável ao mais leigo dos eleitores, não podendo o Estado pedir a confiança do povo sem poder mostrá-la com clareza. O sistema eleitoral, assim como o serviço público, serve a população e não o contrário.

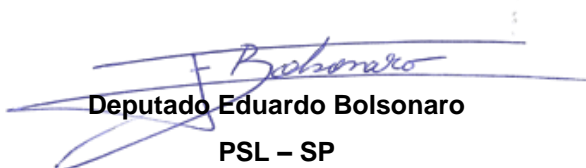
Um problema suscitado por pesquisadores e por boa parte da população diz respeito à autenticação e autenticidade do voto digital: como saber que foi aquele eleitor, de fato, quem votou, e não um amigo ou parente, com sua senha, que votou por ele? Será que foi o eleitor



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO

cadastrado que efetivamente votou? Este mesmo questionamento é pertinente quando se fala em votação por meio postal num país onde a prestação de serviços postais é monopólio de uma empresa Estatal cujo comando fica a cargo de indicados de políticos. Ademais, quase que diariamente há notícias de hackers que conseguem invadir sistemas de segurança de grandes companhias privadas ou órgãos dos mais diversos governos estrangeiros e nacionais, por que então crer que apenas a urna eletrônica seria impassível de tais violações?

Diante do exposto, solicito aos nobres pares a aprovação deste importante projeto.


Deputado Eduardo Bolsonaro
PSL – SP

